

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ANA CAROLINA PEDROSO DE ALMEIDA**

**O PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IDR- PARANÁ)**

**MATINHOS**

**2024**

**ANA CAROLINA PEDROSO DE ALMEIDA**

**O PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA  
ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IDR- PARANÁ)**

Artigo apresentado à conclusão do Curso de Especialização de Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Mauricio de Souza

**MATINHOS**

**2024**

# **O PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO LITORAL DO PARANÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS EXTENSIONISTAS RURAIS DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ (IDR- PARANÁ)**

ANA CAROLINA PEDROSO DE ALMEIDA

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar o Projeto Renda Agricultor Familiar executado no Litoral do Paraná, partindo da perspectiva de extensionistas rurais do IDR-Paraná. Para tanto, foram realizadas análises sobre as respostas obtidas em um questionário aplicado aos técnicos do Instituto que desenvolvem os projetos junto às famílias beneficiárias, nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba e Morretes, onde foram abordadas questões sobre o cotidiano do trabalho envolvido no projeto, e sobre as impressões que os extensionistas produziram durante os processos, em relação ao trabalho realizado. O artigo traz ainda dados gerais sobre a região observada e informações sobre a pobreza rural, apresentando uma análise quali-quantitativa acerca dos projetos produtivos do Projeto Renda Agricultor Familiar que foram executados no restante do Estado do Paraná. A coleta de dados foi extraída através de documentos internos de monitoramento, geridos pelo IDR-Paraná, e dados bibliográficos. Como resultado, espera-se poder compreender como o projeto foi visto pelos técnicos que realizaram sua execução em campo, no cotidiano das ações.

Palavras-chave: vulnerabilidade social, rural, extensionista rural, pobreza rural, programas sociais.

## **ABSTRATC**

This article aims to analyze the Family Farmer Income Project carried out on the Coast of Paraná, from the perspective of rural extension workers from IDR-Paraná. To this end, analyzes were carried out on the answers obtained in a questionnaire applied to the Institute's technicians who develop the projects with the beneficiary families, in the municipalities of Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba and Morretes, where questions about the daily work involved in the project were addressed. , and about the impressions that extension workers produced during the processes, in relation to the work carried out. The article also provides general data on the observed region and information on rural poverty, presenting a qualitative and quantitative analysis of the productive projects of the Family Farmer Income Project that were carried out in the rest of the State of Paraná. Data collection was extracted through internal monitoring documents, managed by IDR-Paraná, and bibliographic data. As a result, it is expected to be able to understand how the project was seen by the technicians who carried out its execution in the field, in their daily actions.

Keywords: social vulnerability, rural, rural extension worker, rural poverty, social programs.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | 5  |
| <b>2. PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR</b> .....                                   | 7  |
| <b>3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)</b> .....                         | 9  |
| 3.1 A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA FREIRIANA.....                                  | 11 |
| <b>4. POBREZA, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL</b> .....                      | 13 |
| 4.1 A POBREZA, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL NO<br>LITORAL PARANAENSE ..... | 14 |
| <b>5. METODOLOGIA</b> .....   | 20 |
| <b>6. RESULTADOS</b> .....  | 22 |
| 6.1 POSSIBILIDADES DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR .....                       | 24 |
| 6.2 LIMITES DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR .....                              | 25 |
| <b>7. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                   | 27 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 29 |

## 1. INTRODUÇÃO

A aproximação dos sujeitos com as políticas públicas voltadas para a população rural, que vive em situação de pobreza e vulnerabilidade social, faz parte do rol de ações executadas pela política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>1</sup> do Paraná.

A instituição oficial de prestação de serviços de ATER pública, no estado do Paraná, é o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR - EMATER (IDR-Paraná)<sup>2</sup>, uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

Atualmente o IDR-Paraná conta com 1432 funcionários<sup>3</sup>, e destes, 370 são extensionistas rurais e estão diretamente envolvidos com a prestação de assistência técnica, extensão rural e execução de programas sociais para agricultores familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade social<sup>4</sup>.

Dentre os profissionais envolvidos nesta função, encontram-se: Assistentes Sociais, Sociólogos, Economistas Domésticos, Pedagogos, Engenheiros Agrônomos, Técnicos em Agropecuária, Técnicos em Agroecologia, Médicos Veterinários, Zootecnistas e outros, como Engenheiros de Alimentos e Engenheiros Florestais.

Na rotina de trabalho destes sujeitos, procura-se desenvolver estratégias para o enfrentamento aos desafios em se trabalhar com agricultores familiares, bem como pensar em formas de intervenção sobre as mais diversas situações de precariedade, dificuldades de acessos, insegurança alimentar e nutricional, entre outras. Isso tudo, além das dificuldades institucionais e limitações que as próprias políticas públicas

---

<sup>1</sup> A LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 define Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

<sup>2</sup> O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater foi criado pela Lei 20.121/19, a partir da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e tem como missão prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento no meio rural e de expansão da base de agroecologia para a produção de alimentos de alta qualidade de forma ágil e eficiente.” Fonte: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em jan. 2024.

<sup>3</sup> Fonte: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana-Transparencia-Institucional>>. Acesso em jan. 2024.

<sup>4</sup> Fonte: Sistema de Planejamento de ATER do IDR-Paraná (SISATER). Acesso em jan. 2024.

apresentam, partindo de um Estado cada vez mais atacado pelas ações de sucateamento próprias da ordem social vigente.

O IDR-Paraná executa um número significativo de projetos sociais voltados à população rural em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Desde o início, em 2015<sup>5</sup>, até dezembro de 2023, foram executados 8.738 projetos produtivos do Projeto Renda Agricultor Familiar (PRAF) em 156 municípios do Paraná distribuídos conforme tabela a seguir:

Gráfico 1: Número de projetos executados no Paraná, dividido por Unidades Regionais<sup>6</sup>



Fonte: IDR-PARANÁ, Programa Estadual de Promoção Social e Cidadania. 2024.

Neste contexto, o Projeto Renda Agricultor Familiar – Programa Nossa Gente Paraná (PRAF), surge como um Projeto do Governo do Estado do Paraná que visa promover a inclusão socioeconômica de agricultores familiares que atravessam situações de vulnerabilidade nesta área.

O PRAF apresenta uma série de benefícios às famílias participantes, através da elaboração e execução de projetos produtivos desenvolvidos em conjunto com as

<sup>5</sup> O Projeto Renda Agricultor Familiar passou a ser desenvolvido em 2015. Na época o serviço de ATER era executado pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Em 2019, com a Lei 20.121/19, foi criado o IDR-Paraná, a partir da incorporação de quatro instituições, dentre elas, o Emater. Fonte: <<https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em mar. 2024.

<sup>6</sup> De acordo com sua estrutura organizacional, o IDR-Paraná divide os 399 municípios do estado em vinte e duas Unidades Regionais.

famílias, com a oferta de assistência técnica e financeira para apoiá-las na produção para subsistência, aumento de produtividade, melhoria de saneamento básico, segurança alimentar e nutricional, aumento da renda e qualidade de vida.

Nos municípios participantes do Projeto Renda Agricultor Familiar no litoral paranaense, desde o início em 2015 até janeiro de 2024, foram beneficiadas 361 famílias, abrangendo as categorias de agricultores familiares, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, assentados e quilombolas.

Na execução destes projetos produtivos, que derivam de programas sociais de transferência de renda com recursos advindos do Governo Federal, Estadual e orçamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os técnicos se deparam com as mais diversas reflexões, possibilidades e desafios acerca do como as ações estão fluindo, verificando se há avanços significativos nas mais diversas áreas, quais impactos as ações têm sobre as famílias beneficiárias e nas comunidades rurais e, sobretudo, se com a ação destes programas se promove efetivamente o enfrentamento à pobreza e vulnerabilidade social que os agricultores familiares vivenciam.

## **2. PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR**

O Projeto Renda Agricultor Familiar (PRAF) é uma iniciativa conjunta da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná). Ele faz parte do Programa Nossa Gente Paraná, um programa estratégico e intersetorial estabelecido pelo Governo do Estado do Paraná, conforme disposto nas Leis Estaduais nº 17.734/2013 e 20.548/2021, sob a coordenação da SEDEF. A execução do PRAF deve ocorrer em estreita colaboração com os municípios e com as comunidades locais.

O PRAF, conforme estabelecido nos Decretos nº 2.573/2015, 8.055/2017, 10.060/2018 e 6.096/2020, propõe oferecer ações que tenham um impacto significativo na qualidade de vida das famílias que habitam áreas rurais em situação de vulnerabilidade social. Segundo o Informe Técnico da iniciativa, o Projeto tem como objetivo:

Promover a inclusão socioprodutiva das famílias de agricultores familiares, em situação de vulnerabilidade social, incluídas no Programa Nossa Gente Paraná, através do repasse de auxílio financeiro às famílias e prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, possibilitando a geração de renda, o acesso às políticas públicas de cidadania, a autonomia dos beneficiários, a preservação do meio ambiente e a melhoria dos índices de qualidade de vida. (Informe Técnico Renda Agricultor Familiar, 2021, p. 06)

Para inclusão das famílias, alguns critérios são estabelecidos, como: residir em um município participante do Programa Nossa Gente Paraná; possuir inscrição no Cadastro Único do Governo Federal, possuir um determinado índice de vulnerabilidade que varia para cada município<sup>7</sup>, e possuir renda familiar per capita mensal de até R\$218,00, configurando situação de pobreza<sup>8</sup>.

Dentre as ações que envolvem o Projeto, destaca-se a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural às famílias beneficiadas, onde de forma conjunta, famílias e técnicos elaboram projetos produtivos que abarcam investimentos nas áreas de saneamento básico, produção para autoconsumo e geração de renda por meio de atividades agropecuárias e não agropecuárias. As famílias beneficiadas recebem um auxílio financeiro no valor de R\$3.000,00<sup>9</sup> e são orientadas e assistidas pelos extensionistas rurais do IDR-Paraná, para a implementação das ações delineadas nos projetos produtivos.

Cabe aos extensionistas rurais do IDR-Paraná, as responsabilidades técnicas e as capacitações dos (as) beneficiários (as) do Projeto, que sejam necessárias para o desenvolvimento das ações. Desta forma, são realizadas orientações quanto às estratégias de comercialização, gestão de suas propriedades rurais, protagonismo feminino, oportunidades para os jovens rurais, e outros temas relevantes.

O objetivo central das ações do PRAF, é incentivar a permanência das famílias no campo, adaptando-se às demandas locais e promovendo processos de ATER que impulsionam a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

---

<sup>7</sup> O IVF-PR foi desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), e a Sedef, e mensura o grau de vulnerabilidade social das famílias. Fonte: <<https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Indice-de-Vulnerabilidade-das-Familias-IVF-PR>>.

<sup>8</sup> A linha de pobreza é denominada pelo Decreto Federal nº 11.566, de 16 de junho de 2023 que determina a inclusão e permanência das famílias no Programa Bolsa Família.

<sup>9</sup> O recurso é depositado em conta bancária do responsável familiar em duas parcelas. A primeira parcela é no valor de R\$2.000,00 e a segunda parcela no valor de R\$1.000,00. A segunda parcela está condicionada a um laudo técnico atestando o uso adequado do recurso da primeira parcela. Fonte: Informe Técnico Renda Agricultor Familiar.

### 3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

Atualmente vigora a Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A PNATER “cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA”, destina seus recursos para apoio a instituições oficiais de ATER, que é definida pelo Estado como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (Brasil, 2010, art. 2)

Ainda de acordo com a Lei nº 12.188, o PRONATER tem como função organizar e executar a PNATER, ou seja, os serviços de ATER que irão atender aos beneficiários através de “instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas”

A Lei nº 12.188 (2010), no artigo 5, também define o público beneficiário da PNATER, que se trata de assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos, demais povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Já no artigo 4, a mesma Lei apresenta seus objetivos, dos quais podemos destacar: a promoção da qualidade de vida dos beneficiários, a geração de renda e agregação de valor a sua produção, a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o apoio a ações que desenvolvam as potencialidades locais e regionais do meio rural.

Atualmente, a Assistência Técnica e Extensão Rural ATER, faz parte da pasta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como institui a Lei nº 10.683/2003, e o Decreto nº 8852/2016.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> “Compete à Coordenação Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER), qual está vinculada ao Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS), da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC) coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)”. Fonte: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ater/o-que-e-assistencia-tecnica>>. Acesso em mar. 2024.

No estado do Paraná, a Lei 17447 de 27 de dezembro de 2012<sup>11</sup>, estabeleceu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná) é a instituição pública oficial responsável por coordenar a ATER. Constituído pela Lei 20.121 de 31 de dezembro de 2019, o IDR-Paraná tem como objetivos:

I - a promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação conjunta com a população rural e suas organizações; II - a pesquisa e a inovação técnico-científicas no meio rural mediante o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e a execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva capazes de promover a competitividade da agricultura e o bem estar do produtor rural e suas famílias; III - a divulgação, o apoio e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis baseados nos preceitos da ciência agroecológica; IV - a coordenação e provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenagem, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; V - ações coordenadas visando a produção de alimentos saudáveis e de alta qualidade; VI - a certificação das propriedades rurais produtivas sustentáveis e éticas, com emissão de selo certificador, conforme critérios a serem definidos pelo próprio Instituto.

**Parágrafo único.** O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER executará suas ações com princípios do desenvolvimento sustentável, com preceitos da ciência agrônoma, inovação e competitividade, preservação e conservação ambiental, segurança alimentar e nutricional e inclusão social, tendo como base processos integrados, educativos e participativos. (Brasil, 2019, art. 2)

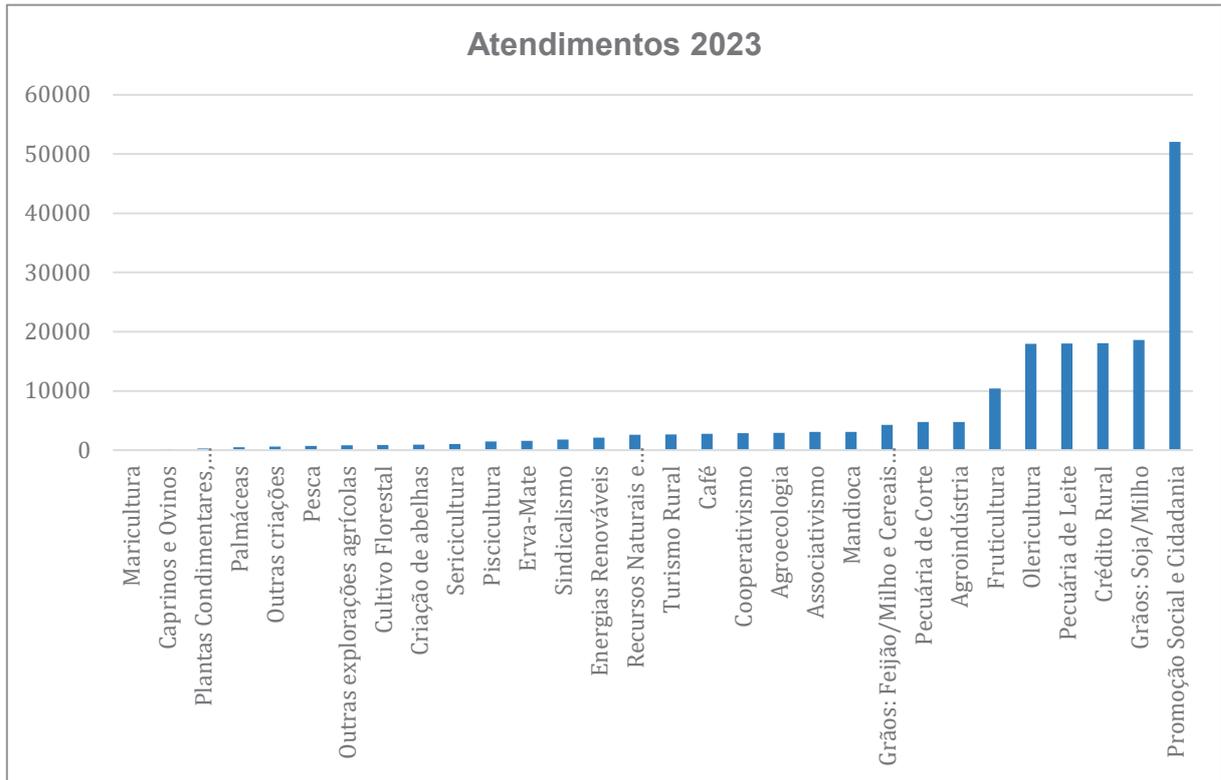
Em 2023, o IDR-Paraná realizou 181.713 atendimentos em diversas ações, com destaque para ações voltadas ao público do Programa de Promoção Social e Cidadania, inseridos no contexto de programas sociais como o PRAF, como demonstra o gráfico a seguir:

---

<sup>11</sup> Fonte:

<<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=83944&indice=1&totalRegistros=63&dt=29.2.2024.16.35.8.24>>. Acesso em mar. 2024.

Gráfico 2: Atendimentos registrados no SISATER em 2023, tabulados por Projetos do IDR-Paraná.



Fonte: Sistema de Planejamento de ATER do IDR-Paraná (SISATER). Relatório de Projetos programados e executados em 2023. Acesso em jan. 2024.

Desta forma, compreende-se que o IDR-Paraná ocupa um espaço primordial junto aos produtores, principalmente os da agricultura familiar, nos municípios paranaenses, fornecendo serviços de ATER adaptados às necessidades locais rurais e cooperando com o enfrentamento das desigualdades no campo.

### 3.1 A EXTENSÃO RURAL NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Problematizando a Extensão Rural num contexto mais amplo, além da formalidade das instituições que são responsáveis por sua construção, não podemos deixar de citar os debates propostos por Paulo Freire (1983), quando levanta críticas sobre o tema em sua obra “Extensão ou Comunicação?”.

Freire (1983), levanta críticas às práticas dos extensionistas rurais que se aproximam do tipo de postura que ele já caracterizava, ao longo de obras anteriores, com o termo de “depositantes” de conhecimentos, numa relação de “educação bancária”.

O extensionista rural, no papel de educador não-formal, quando tem uma postura de transmissor de conhecimentos “superiores” - que são apresentados como verdades absolutas -, sem mediação, acaba por anular o agricultor (o “outro”) no processo educativo, sem levar em consideração os conhecimentos que esse agricultor traz consigo, ao longo da construção de sua vida. Nos processos da educação tradicional de práticas depositárias, o sujeito que recebe tais informações, é compreendido e sente apenas como um mero receptor, um jarro vazio onde se depositam as “boas novas”.

Neste sentido, para Freire (1983), o mais apropriado à extensão rural é a aproximação ao processo da “comunicação”, que concerne à comunhão ou compartilhamento de conhecimentos, sentimentos, ideias, entre duas ou mais pessoas, o que possibilita a construção dialógica de um processo de conhecimento autêntico, que gera, entre outros benefícios, processos de engajamento de quem cumpre tanto o papel de educando quanto de educador, acerca daquilo que se aprende junto/com/entre sujeitos diferentes.

Ainda pensando sobre a relação entre o técnico de extensão rural e o agricultor, para que se forme uma relação democrática e envolvente na busca de soluções concretas para problemas reais, é importante acontecer a troca de conhecimentos sem hierarquizar a construção que vem “de fora” do contexto como a mais adequada, parecendo ser uma solução mágica que vai resolver as situações cotidianas da vida dos agricultores.

Neste sentido, o autor defende que “aquele que é “preenchido” por outro de conteúdo cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende” (1985, p. 36).

Tommasino (2006, p. 122, tradução nossa) corrobora que Paulo Freire foi um grande influenciador sobre as práticas e agências de extensão rural privadas e públicas “inspirando todo um movimento para repensar a extensão rural latino-americana”<sup>12</sup>. Explica que Freire realizou críticas aos modelos de extensão vigentes,

---

<sup>12</sup> Se tratava do modelo difusionista que de acordo com Duarte: “Tratava-se de um movimento em torno da adoção de tecnologias no meio rural, com treinamentos, mutirões e conversas informais. O difusionismo também chegava encarnado do espírito da modernidade: as inovações vinham para solucionar o problema das antigas práticas; o “velho” sendo arrancado pelo “novo”, tanto no campo quanto na cidade.” Fonte: DUARTE, R.; BOECHAT SOARES, J. Extensão rural e comunicação rural no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos. Revista de Extensão e Estudos Rurais, [S. l.], v. 1, n. 2, 2014. DOI: 10.36363/rever122011%p. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3288>. Acesso em: 8 de mar. 2024.

e designou o modelo de extensão sugerido por Freire como “modelo extensionista alternativo ou crítico”, baseado na característica principal de substituir o termo “extensão” por “comunicação”, com “origem em uma visão crítica da estrutura social”.

O grande desafio contemporâneo para estes autores, e para os protagonistas da extensão rural, está em contribuir na construção de ambientes onde os indivíduos possam problematizar sua realidade, e buscar transformá-la, através da apropriação e da construção de conhecimentos significativos que estão em constante movimento.

#### **4. POBREZA, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL**

A relação entre pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social é complexa e interdependente. Autoras como Azeredo (2010, p. 578), afirmam que os determinantes que estabelecem a desigualdade no Brasil são de natureza econômica, política e social, e, “são conhecidos e reconhecidos pelo modo como os grupos sociais têm acesso, não acesso, ou acesso precarizado a bens e recursos”.

Neste sentido, a autora explica que existe a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A pobreza, em sua forma absoluta, refere-se à privação severa dos recursos mínimos necessários para a sobrevivência física dos indivíduos. Já na pobreza relativa, o mínimo é garantido, mas de forma insuficiente, “inscrevendo os sujeitos, em condições de vulnerabilidade e riscos sociais.” (2010, p. 578)

Amartya Sen (2000), apresenta outra compreensão sobre a pobreza. Para Sen, a pobreza não se limita apenas à falta de renda ou recursos materiais, mas também envolve a privação de oportunidades e capacidades que permitem que as pessoas vivam vidas dignas e realizem seu potencial humano. Essa abordagem influenciou significativamente a maneira como os governos e as organizações internacionais abordam a questão da pobreza, destacando a importância de políticas e programas que promovam o desenvolvimento humano e a igualdade de oportunidades.

Sen (2000) afirma que

a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (Sen, 2000, p. 109)

Percebe-se que ambos os autores mencionados convergem com a ideia de que a pobreza existe por falta de acessos à renda e oportunidades, e que a pobreza determina a exposição dos sujeitos a mais riscos e vulnerabilidades sociais.

Na publicação “Desafios de Desenvolvimento do País: Rota para um Crescimento Sustentável e Inclusivo” (2023, p. 8), o BID<sup>13</sup> corrobora que “a pobreza e a desigualdade impõem restrições significativas ao crescimento e ao desenvolvimento”, e no caso do Brasil, que possui um cenário de extrema desigualdade social, “os indicadores de pobreza e desigualdade permaneceram consistentemente altos devido ao fraco crescimento econômico e a falta de efetividade das políticas públicas.” Para o BID o enfrentamento da pobreza só terá êxito com o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, voltadas aos grupos mais vulneráveis.

#### 4.1 A POBREZA, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE SOCIAL NO LITORAL PARANAENSE

Segundo dados do IBGE (2022), o Estado do Paraná possui extensão territorial de 199.298,981 km<sup>2</sup> e, 11.444.380 milhões de pessoas, sendo que cerca de 13% desta população vive na área rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, é de 0,769 ocupando o 7º lugar no país. Neri (2022, p. 7) evidencia que o Paraná possui 17,60% da sua população em situação de pobreza. Este dado, considera como dentro da linha da pobreza, a família que sobrevive com uma renda per capita de R\$497,00 mensais, baseado na “linha internacional de U\$S 5,50 dia, ajustada por Paridade de Poder de Compra (PPC).

De acordo com o Cead 2.0 (Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico), o Paraná possui 4.390.369 pessoas cadastradas no Cadastro Único, e, destas, 1.707.976 famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>14</sup>. Em relação aos municípios do litoral paranaense, temos as seguintes informações:

---

<sup>13</sup> Importante destacar que o BID foi o maior patrocinador do Programa Nossa Gente Paraná, do qual, derivou o Projeto Renda Agricultor Familiar, conforme apresentado neste trabalho.

<sup>14</sup> Fonte: MC, Cadastro Único para Programas Sociais (02/2024). Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso em: mar. 2024.

Tabela 1: Tabela comparativa da população do Paraná e municípios do litoral com dados do Cadastro Único.

| Localidade       | População (Censo 2022) | N° total de pessoas no Cadastro Único (Jan/2024) | N° de pessoas que recebem PBF (Jan/2024) |         |                       | % da população que recebe PBF (Jan/2024) |
|------------------|------------------------|--|--|---------|-----------------------|--|
|                  |                        |  | Urbano                                   | Rural   | Pescadores artesanais |  |
| Paraná           | 11.444.380             | 4.390.369  | 1.440.173                                | 267.803 | 4.182                 | 15                                       |
| Antonina         | 18.091                 | 9.588  | 5.159                                    | 1.054   | 291                   | 34                                       |
| Guaraqueçaba     | 7.430                  | 6.118  | 1.141                                    | 3.105   | 1.770                 | 57                                       |
| Guaratuba        | 42.062                 | 25.374   | 10.826                                   | 953     | 331                   | 28                                       |
| Matinhos         | 39.259                 | 20.837   | 2.395                                    | 47      | 53                    | 6  |
| Morretes         | 18.309                 | 8.734  | 1.824                                    | 2.746   | 4                     | 25                                       |
| Paranaguá        | 145.829                | 53.828   | 30.926                                   | 1.761   | 658                   | 22                                       |
| Pontal do Paraná | 30.425                 | 14.619   | 6.509                                    | 135     | 284                   | 22                                       |

Fonte: Elaborada pela autora com base em Censo 2022 e Cead 2.0. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>>. Acesso em: mar. 2024.

A partir da tabela, podemos observar que Guaraqueçaba e Guaratuba têm uma proporção significativa de sua população cadastrada no Cadastro Único. Os dados de Guaraqueçaba merecem destaque, pois o município tem a maior porcentagem de sua população recebendo o PBF, seguido por Antonina e Guaratuba. Outra informação relevante é que Matinhos, apesar de ter a terceira maior população da região, tem o menor número absoluto de pessoas recebendo o PBF. Outra constatação é a de que a maioria dos municípios, exceto Matinhos, tem porcentagens maiores de beneficiários do PBF do que a média do Estado do Paraná, demonstrando que o Litoral do Estado possui muitas famílias em condição de pobreza, que necessitam de complementação da renda familiar.

Neste cenário, de acordo com Voidelo e Meirelles (2020), a situação de pobreza pode ser atribuída a uma série de fatores. As autoras apontam que a ocupação profissional dos residentes destes municípios, em grande parte, se baseia na realização de trabalhos temporários, justificados pelo movimento da alta temporada, onde o fluxo de turistas cresce e a demanda por serviços aumenta significativamente. É neste período que grande parte da população consegue a maior parte do seu rendimento anual, pois, durante o restante do ano não existem muitas oportunidades de trabalho.

Essas ocupações temporárias incluem atividades como construção civil, vigilância e manutenção de propriedades, limpeza de terrenos e jardins, comércio formal e informal, dentre outras.

Sobre as dificuldades socioeconômicas vividas na região, Voidelo e Meirelles, (2020), afirmam que:

O litoral paranaense é uma região caracterizada pelo desenvolvimento precário das potencialidades locais, pois ao longo do séc. XX, o desenvolvimento econômico-social se concentrou na capital do Estado, com expansão para as regiões oeste e norte do Estado, ficando a região do litoral numa espécie de “limbo” socioeconômico, sendo que a classe dominante, em grande parte, passou a visualizar a região apenas como um local de exploração do turismo e do lazer. (Voidelo; Meirelles, 2020, p. 1)

No contexto rural, as desigualdades que se evidenciam em expressões da questão social se tornam ainda mais eloquentes, na medida em que diversos fatores complexos contribuem para a manutenção da condição de pobreza e da vulnerabilidade social. Devemos ponderar que a agricultura familiar ainda desempenha um papel crucial na subsistência da maioria das famílias rurais, no entanto, esta realidade apresenta uma série de desafios.

É preocupante constatar que muitas famílias sequer têm acesso à terra e aos recursos necessários para a produção agrícola e pecuária, o que torna inviável gerar renda suficiente que garanta uma vida digna. As desigualdades do campo, sobretudo, na distribuição de terra no Paraná e no Brasil, não são apenas uma constatação atual. São derivadas do período colonial, e, reforçadas com a criação das primeiras leis de distribuição de terras do país, que deliberadamente privilegiaram somente aqueles que já eram dotados de posses e condições de adquirir mais riquezas.

O resultado dessas políticas foi a alta concentração de terras nas mãos de pouquíssimos proprietários, que como explicam os autores Santos e Glass (2018, p. 14), colocam o Brasil no contexto da América Latina “ocupando o 5º lugar no ranking de desigualdade no acesso à terra”, onde o Brasil tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superiores a mil hectares – apenas 0.91% do total de imóveis rurais.

Além da alta desigualdade no acesso à terra, existe a questão da falta de regularização fundiária que acarreta vários problemas sociais, econômicos e ambientais. A falta de titulação das terras afeta principalmente as comunidades

tradicionais, pois, a ausência da documentação necessária para o acesso a crédito e investimentos, limita a ampliação da produtividade agrícola e o desenvolvimento das comunidades rurais e contribuem para a desigualdade social no país, deixando essa população à margem dos serviços e políticas públicas.

A situação dos trabalhadores rurais não-proprietários é precária e insustentável devido a fragilidade das relações trabalhistas e o assalariamento temporário e ínfimo. A informalidade no campo acarreta diversos problemas como o não acesso aos direitos trabalhistas básicos, assim como o não acesso aos direitos previdenciários, a exposição a eventos adversos como doenças e acidentes, condições laborais insalubres e instabilidade na garantia de sua subsistência.

A distância dos equipamentos públicos, que em sua maioria ficam nos centros urbanos, e a precariedade das estradas e sistemas de transportes, também são fatores relevantes. Estas condições limitam o acesso das famílias à educação, saúde e infraestrutura básica, bem como outros serviços públicos essenciais, impactando diretamente em seu acesso aos direitos.

Especificamente no litoral paranaense, a precariedade da estrada que leva ao município de Guaraqueçaba merece atenção especial, pois, tem provocado o isolamento da população e dificultado ainda mais o acesso aos serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento local. Mesmo possuindo um grande potencial turístico, com beleza natural e cercada de ilhas e praias desertas, o município é prejudicado economicamente e socialmente pela falta de investimentos na sua infraestrutura rodoviária.

A falta de acesso a itens e serviços básicos como eletricidade, telefonia, internet e mecanização, também são fatores que afetam diretamente a condição de vida das famílias rurais. Neste sentido, o Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020, p. 188), aponta que “o acesso a esses serviços traz conforto, mais segurança e ampliam a possibilidade de qualificação da população rural, ou seja, geram resultados na própria renda familiar. Em termos sociais, é possível ver impactos na retenção da população, em especial, dos mais jovens”.

Atualmente, a falta destes serviços também tem influência direta sobre a permanência dos jovens na área rural. Zboralski (2023, p. 28), observa que após o contexto pandêmico, a sociedade se tornou mais dependente das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC). Porém, ressalta que “essa dependência acaba

se convertendo em dificuldades para grupos sociais mais vulneráveis, originando uma forma de segregação social, pois o acesso a essas TICs não é uniforme”.

De acordo com as pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2023), 26% dos domicílios rurais do país não possuem acesso à internet. A pesquisa também demonstra que apenas 21% dos domicílios rurais possuem computador e internet.

Assim, concluímos que a maior parte das pessoas residentes na área rural, quando possuem e acessam a Internet, fazem exclusivamente através de telefone celular, pois, como apontado na pesquisa, cerca de 92% dos domicílios rurais possuem ao menos um aparelho celular. Os principais motivos para o não acesso à internet, na visão dos moradores rurais, é o alto preço deste serviço e a falta de habilidade pessoal nesta atividade (CETIC, 2023), reforçando que a conectividade na área rural precisa ser mais acessível e acompanhada de ações educativas sobre o tema.

As famílias residentes da área rural também vivem em precária condição de saneamento básico, o que impacta diretamente sobre a saúde e o meio ambiente.

O Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), a partir da análise de dados de outras fontes secundárias<sup>15</sup>, apresenta um panorama de como estava o saneamento básico rural do país em 2019.

Em relação ao abastecimento de água, 40,5% da população residente na área rural do Brasil, apontaram que possuem atendimento adequado<sup>16</sup>, enquanto 33,5%

---

<sup>15</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, do Ministério da Saúde e o Atlas da Agência Nacional de Águas - e na perspectiva de informações qualitativas, obtidas em campo, a partir de entrevistas, observações e registros fotográficos, realizados em comunidades rurais visitadas nas cinco macrorregiões do País. Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Saneamento Rural: Funasa, 2019. 260 p. Disponível em: <[https://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL\\_PNSR\\_2019.pdf](https://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf)>. Acesso em: 03/03/2024.

<sup>16</sup> Atendimento adequado se trata da população rural que: não sofra com intermitência prolongada ou racionamento de água; Recebe água potável da rede de distribuição, com ou sem canalização interna; Recebe água potável de poço ou nascente, com canalização interna; Apresenta, como solução complementar às outras fontes, a água proveniente de cisterna de captação de água de chuva, com canalização interna.

têm atendimento precário<sup>17</sup> e 26% não possuem atendimento<sup>18</sup> neste quesito (2019, p. 68). Em relação ao esgotamento sanitário, apenas 20,6% informaram que possuem atendimento adequado<sup>19</sup>, enquanto 54,1% possuem atendimento precário<sup>20</sup> e 25,3% não possuem atendimento<sup>21</sup> (2019, p. 68).

Outra questão trata sobre a realidade social dos pescadores no litoral paranaense. Eles enfrentam desafios como a sustentabilidade da pesca, condições de trabalho, acesso a recursos e políticas de regulamentação. Muitos pescadores dependem da pesca como principal fonte de subsistência, e encaram desafios como a diminuição dos estoques de peixes devido à sobrepesca<sup>22</sup>, poluição e degradação ambiental, além de políticas de conservação que podem limitar suas atividades.

Um agravante adicional, ainda, é a discriminação enfrentada pelos povos originários e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, caiçaras<sup>23</sup>, ribeirinhos<sup>24</sup> e outros. Vivendo em áreas remotas, essas comunidades têm sua cultura frequentemente incompreendida e desrespeitada, não sendo reconhecida como expressão cultural e de resistência própria de cada grupo étnico, resultando em

---

<sup>17</sup> Atendimento precário se trata da população rural que: Recebe água da rede de distribuição, fora dos padrões de potabilidade e/ou com intermitência prolongada no fornecimento; Recebe água de poço ou nascente, mas não possui canalização intradomiciliar, e/ou recebe água fora dos padrões de potabilidade e, ou, está sujeita a intermitência prolongada; Utiliza água de cisterna de captação de água de chuva que forneça água sem segurança sanitária e/ou em quantidade insuficiente para a proteção à saúde; Utiliza água de chafariz ou caixa abastecidos por carro pipa.

<sup>18</sup> Sem atendimento são: todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas, como coleta de água em cursos de água ou poços a longa distância.

<sup>19</sup> O atendimento adequado representa a população que: Possui coleta domiciliar de esgotos, seguida de tratamento; Possui fossa séptica; Possui fossa seca, nos casos de indisponibilidade hídrica.

<sup>20</sup> O atendimento precário representa a população que: Possui coleta de esgotos, não seguida de tratamento; Possui fossa rudimentar.

<sup>21</sup> Não possuem atendimento: são todas as situações não enquadradas nas definições de atendimento e que se constituem em práticas consideradas inadequadas, como ausência de banheiro ou sanitário; fossas rudimentares; lançamento direto de esgoto em valas, rio, lago, mar ou outra forma, pela unidade domiciliar.

<sup>22</sup> Sobrepesca é quando se pesca mais peixes do que a natureza consegue repor, podendo esgotar os peixes e prejudicando os ecossistemas marinhos.

<sup>23</sup> O termo Caiçara, denomina as comunidades de pescadores tradicionais dos Estados de São Paulo e Paraná e sul do Rio de Janeiro. Com poucos contatos com a "civilização", os caiçaras evoluíram aproveitando os recursos naturais à sua volta, que resultou numa grande intimidade com o ambiente. Fonte: <<https://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em 08 de mar. 2024.

<sup>24</sup> Povos ribeirinhos ou ribeirinhas são aqueles que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas e de subsistência. Fonte: [http://www.ecobrasil.eco.br/site\\_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos](http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos). Acesso em 08 de mar. 2024.

exclusão social e obstáculo para acesso aos direitos e oportunidades de desenvolvimento, bem como a fragilização de suas tradições e modos de vida.

Infelizmente, essas comunidades são correntemente negligenciadas, invisibilizadas e marginalizadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral. Os povos originários e as comunidades tradicionais enfrentam a luta pelo reconhecimento e demarcação das terras onde vivem coletivamente. Vivem diariamente com suas vidas e direitos ameaçados, buscando manter sua cultura à margem da sociedade capitalista.

Na realidade do litoral paranaense, muitas famílias optam por abandonar suas comunidades em busca de uma vida urbana, deixando para trás não apenas seu território sagrado, mas também parte significativa de sua identidade cultural. O interesse comercial, especialmente a especulação imobiliária, juntamente com a falta de políticas públicas adequadas, são fatores determinantes na expulsão dos povos tradicionais de seus lares históricos.

Todas essas questões resultam em um ambiente propício para a manifestação de várias expressões da questão social, incluindo situações de violência, insegurança alimentar, exposição a riscos e doenças de saúde física e mental, além de empregos precários, entre outros. É sabido que esses problemas são comuns e afetam os setores mais vulneráveis da sociedade em qualquer lugar do mundo globalizado, mas são intensificados em territórios com as características específicas do litoral do Paraná, conforme descrito anteriormente.

## **5. METODOLOGIA**

O artigo apresentado, é uma etapa da conclusão do curso de Especialização em Questão Social da UFPR - Setor Litoral. Para construir esse produto, há uma normatização específica, onde aparecem algumas outras exigências sobre forma e conteúdo.

Portanto, para a escrita do artigo, optamos em realizar o recorte de uma pesquisa que tende a ser mais ampla, para que coubesse nas normas de apresentação deste trabalho.

Assim, a metodologia empregada para a construção deste artigo foi dividida em duas principais etapas: a aplicação de questionários e análise de dados coletados, bem como um levantamento documental de informações.

Na primeira etapa, elaborou-se um questionário que foi disponibilizado para os extensionistas rurais do IDR-Paraná responderem de forma voluntária. Estes extensionistas representam diversas áreas profissionais e estão envolvidos na execução dos projetos sociais do PRAF.

O questionário consistia em um conjunto de perguntas, incluindo questões abertas e fechadas. A coleta de dados foi realizada por meio da plataforma *Google Forms*, permitindo que os técnicos respondessem remotamente, levando em consideração que estavam localizados em municípios de todo o Estado do Paraná. É importante destacar que, embora 94 técnicos tenham participado da pesquisa, este artigo concentra-se na análise das respostas dos 05 técnicos que atuam nos municípios do litoral paranaense. O foco da nossa análise, reside, portanto, nas respostas destes técnicos sobre a execução do PRAF.

Para analisar os dados, optamos por uma abordagem qualitativa, sem renunciar os dados quantitativos, onde buscou-se uma aproximação com o emprego da Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, para examinar os dados coletados por meio do questionário. Segundo Bardin (2021, p.11), a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. A técnica utilizada, dentro deste método, foi a Análise categorial ou temática, que

Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples. (Bardin, 2021, p. 199)

Na fase inicial de preparação, o material (questionário com respostas) foi lido para uma compreensão inicial do conteúdo. A partir desta leitura, trechos mais relevantes e relacionados ao tema da pesquisa foram separados, num processo de criação e identificação de códigos. Em seguida, os códigos foram categorizados, ou seja, agrupados, de acordo com os padrões e tendências encontrados nos dados compilados. Estas categorias estão organizadas em gráfico, ilustrando a frequência e

distribuição dos dados. Finalmente, na etapa de análise dos resultados, as descobertas foram interpretadas e discutidas.

A opção por essa metodologia foi construída devido à intenção de dar continuidade a pesquisa em outras oportunidades, o que exige que o material analisado seja observado com rigor, mas dentro de abordagens flexíveis e adaptáveis, que possam ser retomadas em contextos futuros, que não necessariamente precisam coincidir com os quais nos deparamos na construção da análise deste artigo. Trata-se, portanto, de um exercício com vistas aos passos futuros da pesquisadora e de sua relação com o objeto, pensando em aprofundar a pesquisa em outros momentos.

Como última etapa, realizou-se um levantamento documental de informações relacionadas à execução do PRAF e outros dados relevantes. Esse levantamento se baseou principalmente em documentos legislativos, informes técnicos, dados do sistema do Programa Nossa Gente Paraná, Cadastro Único do Governo Federal, registros de execução da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) e documentos de monitoramento disponibilizados pelo IDR-Paraná.

Desta forma o estudo apresenta estratégias qualitativas e quantitativas, pois também utiliza pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

## **6. RESULTADOS**

A pesquisa analisada envolveu cinco extensionistas rurais do IDR-Paraná, que prestam ATER na região do litoral paranaense. Estes técnicos têm formações acadêmicas diversas, como Economia Doméstica, Curso Técnico em Agropecuária e Agronomia.

Suas experiências profissionais em relação ao acompanhamento de famílias beneficiárias do PRAF, varia de sete meses a oito anos, e todos desempenham ações em comum, como a seleção dos beneficiários, a elaboração dos projetos produtivos e laudos, as postagens de documentos no sistema, a articulação e ações intersetoriais municipais, a viabilização de capacitações para as famílias e a prestação de ATER.

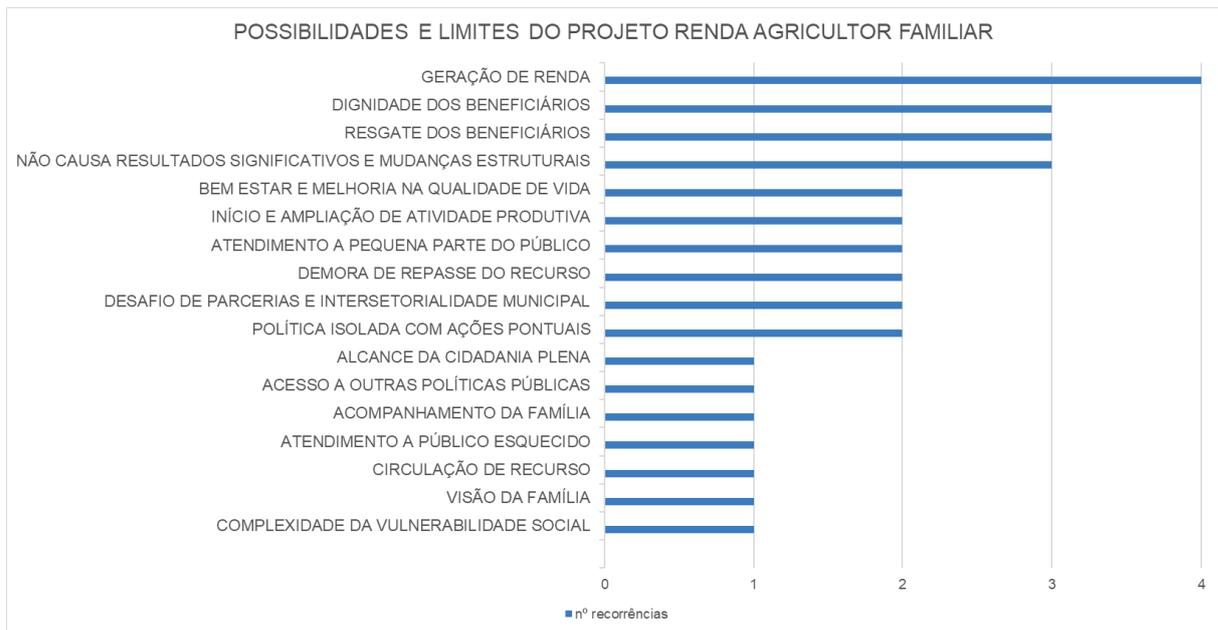
As perguntas norteadoras direcionadas a esse grupo de extensionistas rurais foram:

a) Na sua opinião qual o papel e importância do Projeto Renda Agricultor Familiar no município que você atua?

- b) Na sua opinião o Projeto Renda Agricultor Familiar gera resultados significativos na condição de vida das famílias beneficiadas?
- c) Na sua opinião o Projeto Renda Agricultor Familiar gera efeitos significativos para a sociedade como um todo?
- d) Considerando os objetivos propostos pelo Projeto Renda Agricultor Familiar, que são: “Promover a inclusão socioproductiva das famílias de agricultores familiares, em situação de vulnerabilidade social, incluídas no Programa Nossa Gente Paraná, através do repasse de auxílio financeiro às famílias e prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, possibilitando a geração de renda, o acesso às políticas públicas de cidadania, a autonomia dos beneficiários, a preservação do meio ambiente e a melhoria dos índices de qualidade de vida.” Na sua opinião o Projeto Renda Agricultor Familiar está atingindo seus objetivos?”
- e) Por quê?
- f) Na sua opinião o Projeto Renda Agricultor Familiar tem promovido o enfrentamento da vulnerabilidade social no meio rural paranaense?
- g) Explique.

A partir da análise do conteúdo da pesquisa, as respostas dos extensionistas rurais foram classificadas em duas categorias analíticas, Possibilidades do Projeto Renda Agricultor Familiar e Limites do Projeto Renda Agricultor Familiar, e com isto foram criados códigos de análise a partir do objetivo do estudo e das falas dos técnicos. Os códigos criados foram: geração de renda com quatro (4) aparições nas respostas, não causa resultados significativos e mudanças estruturais com três (3), resgate dos beneficiários com três (3), dignidade dos beneficiários com três (3), política pública isolada com ações pontuais com duas (2), início e ampliação de atividade produtiva com duas (2), desafio de parcerias e intersectorialidade municipal com duas (2), bem estar e melhoria na qualidade de vida com duas (2), demora do repasse do recurso com duas (2), atendimento a pequena parte do público com duas (2), circulação de recurso com uma (1), atendimento a público esquecido com uma (1), acompanhamento da família com uma (1), complexidade da vulnerabilidade social com uma (1), acesso a outras políticas públicas com uma (1), visão da família com uma (1) e, alcance da cidadania plena com uma (1), assim, dispostas no gráfico:

Gráfico 3: Possibilidades e Limites do PRAF, na visão dos extensionistas rurais do IDR-Paraná que executam os projetos produtivos no litoral paranaense.



Fonte: Elaboração própria.

## 6.1 POSSIBILIDADES DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

A primeira categoria de análise adotada neste artigo, dentro da metodologia proposta, é identificada como “Possibilidades do Projeto Renda Agricultor Familiar”. Ela é construída a partir do ponto de vista dos extensionistas rurais do IDR-Paraná que atuam no litoral paranaense, e é estruturada sobre as respostas que apresentam códigos que validam o PRAF enquanto um programa social que tem papel importante no enfrentamento da pobreza e da vulnerabilidade social dos agricultores familiares beneficiados, e gera resultados significativos para estes e para a sociedade.

O tema que foi mais mencionado enquanto benefício do PRAF, e que merece maior destaque, é sobre o fato de o recurso viabilizar oportunidades de geração de renda para as famílias. Junto a estas respostas, também encontramos o vínculo com a melhoria da qualidade de vida e dignidade das famílias envolvidas, e com a circulação de recursos nas localidades de domicílio dos beneficiários.

Um dos técnicos declara que o Projeto promove o “resgate dos beneficiários” e, de forma complementar, outro técnico responde que há o “aproveitamento de mão de obra familiar no próprio sítio” e de que assim, o agricultor “não precisa trabalhar para terceiros”.

Diante das respostas, entendemos que os extensionistas do projeto identificam que os recursos do programa assumem o papel de incentivo às famílias para a continuidade de sua vivência no campo, contribuindo com a redução do êxodo rural e com a manutenção da juventude junto à vida no ambiente rural, o que pode refletir na reprodutibilidade da vida campestre.

Desta forma, no entendimento destes técnicos, o PRAF contribui com o enfrentamento dos desafios do mundo rural da atualidade, apoiando os agricultores que se encontram com dificuldades, e oportunizando o início de uma nova atividade produtiva ou otimizando as atividades que já eram realizadas na propriedade rural. Outro ponto positivo que apareceu na resposta de um dos técnicos, trata sobre a visibilidade da família no seu município. Um dos técnicos cita que o “Projeto Renda Agricultor Familiar tem alcançado uma população esquecida pelas políticas públicas”. Sabemos que os municípios têm seus serviços mais concentrados na área urbana, e, com a precariedade de acesso das comunidades mais remotas, as famílias residentes da área rural muitas vezes ficam sem atendimento e nem sempre os serviços chegam até elas. Através da busca ativa e inclusão da família no PRAF, ela é ‘enxergada’ pelos órgãos públicos e passa a fazer parte das discussões e prioridades de ações e serviços das demais políticas públicas municipais.

Em síntese, as possibilidades do PRAF mais evidentes são aquelas relacionadas à contribuição com a manutenção digna da vida no campo; ao acesso das populações da agricultura familiar aos direitos sociais, viabilizados por políticas públicas e encaminhamos pelas ações do projeto; à visibilidade social que se coloca como reconhecimento da existência destes sujeitos, e ao aprimoramento da relação construída entre os técnicos extensionistas e a população rural que estes profissionais atendem.

## 6.2 LIMITES DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

A segunda categoria que surge com a aplicação da metodologia, é nomeada como “Limites do Projeto Renda Agricultor Familiar”. Ela também é construída sob a ótica dos extensionistas rurais que executam o PRAF nos municípios do litoral do Paraná, e apresenta os limites e desafios na execução do PRAF, enfrentados pelos técnicos, e como essas dificuldades afetam o alcance aos objetivos do Projeto.

Como apresentado anteriormente, para os extensionistas, o PRAF tem gerado resultados positivos para a população beneficiária das ações do projeto. Entretanto, os técnicos também apontam uma série de questões que apresentam o fato de que essas ações ainda possam ser insuficientes para promover transformações significativas nas condições de vida das famílias beneficiadas.

Considerando a resposta de um dos entrevistados, onde o mesmo diz que “quando isolado, os resultados são pequenos”, é possível inferir que, na perspectiva dos técnicos envolvidos, para se alcançar resultados mais expressivos, é importante que o projeto se estenda além das ações e atendimentos pontuais.

A continuidade das ações depende do estabelecimento de parcerias mais sólidas e estáveis com os municípios, situação que é verbalizada por um dos extensionistas, quando diz: “é necessário dar continuidade e estabelecer parcerias no município para ter resultados mais significativos”.

Observando a condição de alta vulnerabilidade social e as necessidades urgentes destas famílias, um dos técnicos pontua que a demora na liberação do recurso também é um fator negativo, pois, “devido ao fato da demora em se realizar o repasse do auxílio e pela natureza da vulnerabilidade das famílias, alguns findam por perderem o foco do projeto original, ou seja, a falta de agilidade no fluxo de pagamentos pode vir a comprometer o objetivo final do projeto.”

Um dos técnicos expressa que “nem todas as famílias têm a visão de melhorar a qualidade de vida”, evidenciando que também é essencial reconhecer que nem todas as famílias participantes compartilham dos mesmos objetivos, e algumas podem não perceber ou priorizar naquele momento, por razões diversas, o recurso como uma oportunidade de melhoria de sua condição de vida.

É fato, quando observamos os números, que o PRAF atende a uma fração muito pequena do universo de famílias em situação de pobreza e alta vulnerabilidade dos municípios do litoral do Paraná. Outra questão é que as ações promovidas tendem a ser mais pontuais do que estruturais e, somente com esforços conjuntos, políticas integradas e uma compreensão mais profunda das realidades locais, será possível promover mudanças sustentáveis e mais significativas na vida das famílias atendidas, como demonstram as respostas seguintes: “O programa atua dentro de condições concretas da realidade brasileira e estadual, que não podem ser alteradas por políticas públicas isoladas”; “Vejo como ações pontuais, muito variável de família para família

sem atingir algo estrutural no município” e “Considero enfrentamento da vulnerabilidade social algo bem mais complexo”.

Todas essas falas apontam a necessidade de uma articulação mais robusta entre os agentes públicos, para ampliar o número de atendimentos e a malha (ou a rede) de serviços que podem ser prestados a essas famílias, para que possam construir suas vidas em melhores condições materiais e sociais.

## **7. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após análise das percepções e experiências dos extensionistas rurais envolvidos no Projeto Renda Agricultor Familiar (PRAF), tanto em relação às suas possibilidades quanto aos seus limites, é possível extrair importantes conclusões que contribuem para uma compreensão mais ampla e crítica dessa iniciativa.

Uma das principais constatações é a percepção generalizada de que o PRAF desempenha um papel importante no enfrentamento da pobreza e vulnerabilidade social das famílias agricultoras beneficiadas. Destaca-se especialmente o impacto positivo na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida dessas famílias, além do fortalecimento do vínculo delas com suas atividades no campo.

No entanto, mesmo diante desses aspectos positivos, os extensionistas rurais identificaram uma série de desafios e limitações que comprometem a eficácia e o alcance dos objetivos do PRAF. Entre os principais desafios, destacam-se a necessidade de estabelecer parcerias mais sólidas nos municípios para potencializar os resultados do projeto, bem como a demora na liberação dos recursos, que pode desestimular as famílias beneficiadas e comprometer os objetivos do projeto.

Outra questão revelada como uma limitação, foi a fala de que “nem todas as famílias têm a visão de melhorar a qualidade de vida”. Diante do ensejo de participar do PRAF, receber o recurso e investir em sua propriedade rural, algumas famílias podem não apresentar os resultados esperados pelo extensionista e delineados no projeto produtivo. É crucial reconhecer que a superação da pobreza não pode ser atribuída exclusivamente às famílias, dado que se trata de um fenômeno multifacetado e influenciado por diversos fatores. Portanto, se ocorre a culpabilização das famílias pela condição social em que vivem, é necessário analisar este ponto com mais

elementos, o que deve envolver formações sobre o tema e ampliação do conhecimento dos extensionistas diante desta área.

A pesquisa também apresenta a preocupação de que o PRAF abrange apenas uma pequena parcela das famílias em situação de pobreza e alta vulnerabilidade, e as ações promovidas tendem a ser mais pontuais do que estruturais. Isso evidencia a necessidade urgente de repensar estratégias de intervenção e ampliar o escopo do projeto para atingir um maior número de famílias de forma mais abrangente e sustentável.

Para além da disponibilidade orçamentária para sua execução, os critérios para inclusão de famílias estabelecidos no PRAF são muito limitantes e focalizados, além de que as realizações das ações pontuais geram soluções também pontuais e resultados breves, efêmeros, insuficientes à transformação da realidade das famílias participantes.

As reflexões apresentadas pelos extensionistas rurais apontam para a complexidade e a multidimensionalidade dos desafios enfrentados no combate à pobreza, desigualdade e vulnerabilidade social no meio rural. Para superar tais desafios, é fundamental adotar uma abordagem integrada e participativa, que envolva não apenas ações pontuais de assistência técnica, mas também políticas públicas mais amplas e estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de uma maior articulação entre os diversos atores envolvidos, incluindo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e comunidades locais, visando promover uma maior inclusão social e econômica das famílias agricultoras, bem como o fortalecimento das capacidades locais para enfrentar os desafios do meio rural de forma mais efetiva e duradoura.

Fica explícita a importância de refletir e discutir os resultados e impactos dos programas sociais dentro do contexto abordado. Este debate é essencial para o desenvolvimento de estratégias de aperfeiçoamento das práticas profissionais, que podem abranger desde a formulação de novas políticas até o planejamento estratégico, a implementação de ações intersetoriais e interdisciplinares, além do aprimoramento de conceitos e metodologias de trabalho.

A articulação e comunicação entre as políticas setoriais locais, promovem a melhor identificação das necessidades da população e o aprimoramento das ações. Koga (2003, p. 242) contribui a esse debate, alertando que “a intersetorialidade se

torna, assim, uma qualidade necessária ao processo de intervenção. Programas, projetos, equipes técnicas são desafiadas ao diálogo, ao trabalho conjunto com a perspectiva da inclusão social”. A autora ainda ressalta a importância de incorporar a comunidade neste processo, “enquanto sujeitos do processo da continuidade da proposta”.

Como visto, programas sociais como o Programa Nossa Gente Paraná, e mais especificamente o PRAF, por um lado, realizam um trabalho significativo junto às famílias da área rural, prestando atendimento e criando oportunidades para que esses sujeitos melhorem suas condições de vida em aspectos econômicos, sociais e ambientais. Por outro lado, se as ações do projeto forem executadas de forma isolada, não serão suficientes para enfrentar a desigualdade social no campo, e nem a condição de pobreza e vulnerabilidade social dos agricultores familiares beneficiários.

Em última análise, é preciso monitorar e melhorar constantemente as Políticas Públicas, garantindo que essas e outras iniciativas do estado sejam efetivas e tratem adequadamente das complexas expressões da questão social associadas ao meio rural.

## REFERÊNCIAS

AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 103, 576-590, jul./set.2010.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jan. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm). Acesso em: 03 de mar. de 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural**: Funasa, 2019. 260 p. Disponível em: [https://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL\\_PNSR\\_2019.pdf](https://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf). Acesso em: 03 de mar. de 2024.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2023**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. **ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO**. IBGE, Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017** - Resultados definitivos. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/>>. Acesso em: 08 de mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/23/27652?indicador=28914&tipo=ranking>>. Acesso em: 08 de mar. 2024.

JUNIOR, J. L. R.; DOYLE, M. **Desafios de desenvolvimento do país**: rota para um crescimento sustentável e inclusivo. Publicação do BID. Brasil, 2023. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/country-development-challenges-route-toward-sustainable-and-inclusive-growth>>. Acesso em: 08 de mar. 24.

KOGA, D. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

NERI, M. C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, junho de 2022. 40 páginas. Disponível em: <[https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza\\_Marcelo\\_Neri\\_FGV\\_Social.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf)>. Acesso em: 17 de set. 2023.

SANTOS, M. GLASS, V. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Organizado por Maureen Santos e Verena Glass. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOMMASINO, H.; GONZÁLEZ, M.; GUEDES, E.; PRIETO, M. **Extensión crítica**: los aportes de Paulo Freire. In: TOMMASINO H.; DE HEGEDÜS, P. (Eds.). *Extensión: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural*. Montevideo: Universidad de la República, 2006. p. 121-135.

VOIDÉLO, A. B. MEIRELLES, G. A. L. de. **Pobreza e extrema pobreza em tempos de pandemia COVID-19** – Situação do Litoral do Paraná. 2020. Disponível em: <<https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-Pobreza-Litoral.pdf>>. Acesso em: 17 de mar. 2023.

ZBORALSKI, A. R. **Acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação por famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade social**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Pato Branco. 2023.